## **Perguntas e Respostas - Transação no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica**

Este “Perguntas e Respostas” contém alguns esclarecimentos quanto **à Transação no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica**, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, referente ao Edital de Transação nº 11, de 2021 .

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/novo-edital-para-fazer-acordo-com-a-receita-federal>

1. O que é a Transação?

A Transação é a modalidade de extinção do crédito tributário prevista na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN) , e foi recentemente regulamentada pela [Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13988.htm).

1. O que é a Transação no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica?

A Lei nº 13.988, de 2020, prevê, dentre as modalidades de transação, a transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica, assim considerada, a que trate de questões tributárias que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

O Edital de Transação nº 11/2021 dispõe que débitos decorrentes das seguintes controvérsias jurídicas possam ser transacionados:

a) Interpretação dos requisitos legais para o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a empregados sem a incidência das contribuições previdenciárias (“PLR-Empregados”); e

b) Possibilidade jurídica de pagamento de PLR a diretores não empregados sem a incidência das contribuições previdenciárias (“PLR-Diretores”).

1. Quais débitos podem ser transacionados?

São elegíveis à transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica os débitos de pessoas naturais ou jurídicas oriundos de contribuições previdenciárias incidentes sobre a PLR, por descumprimento da [Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10101.htm).

Poderão ser incluídos débitos que se encontram no contencioso administrativo ou judicial até a data de publicação desse Edital, decorrentes das seguintes controvérsias jurídicas:

a) Interpretação dos requisitos legais para o pagamento de PLR a empregados sem a incidência das contribuições previdenciárias (“PLR-Empregados”); e

b) Possibilidade jurídica de pagamento de PLR a diretores não empregados sem a incidência das contribuições previdenciárias (“PLR-Diretores”).

1. Quem pode aderir à Transação no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica?

A pessoa natural ou pessoa jurídica que possua débitos conforme as características expostas na resposta da Pergunta nº 3.

O requerimento de adesão da pessoa jurídica de que trata o Edital deverá ser formalizado pelo seu responsável perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A adesão de pessoa jurídica em situação inapta ou baixada deverá ser feita em nome desta, por seu representante legal ou por qualquer dos sócios, hipótese em que estes responderão perante a RFB pelo pagamento do débito na forma prevista no Edital.

Caso haja cobrança de débitos redirecionada para o titular ou para os sócios, estes deverão requerer que a cobrança seja realizada em nome da pessoa jurídica.

A adesão de pessoa natural cuja situação cadastral no sistema Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) seja “titular falecido” deverá ser feita em nome do falecido pelos sucessores ou representantes.

1. Qual o prazo para aderir à transação do Edital nº 11/2021?

A adesão à transação de que trata o Edital poderá ser formalizada a partir do dia 1º de junho de 2021 até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), hora de Brasília, do dia 31 de agosto de 2021.

1. Como faço para aderir à Transação?

A adesão será feita por meio do formulário do Coleta Nacional, disponível no e-CAC. Na página inicial do e-CAC, o caminho a ser percorrido é esse: Cobrança e Fiscalização. na parte “Controle e Entrega de Declarações”, clicar na opção “Obrigação Acessória – Formulários online e Arquivo de Dados”. Escolher o “Requerimento de Adesão à Transação no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica - Edital nº 11/2021”.

1. Como devo preencher o requerimento de adesão?

No arquivo “Orientações – Transação Relevantes Controvérsias jurídicas” há maiores detalhes e passo a passo do preenchimento e envio.

1. Quais as modalidades para pagamento da dívida?

I – pagamento de entrada no valor mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total do débito ou da inscrição elegível à transação, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, sendo o restante parcelado em até 7 (sete) meses, com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do principal, da multa, dos juros e dos demais encargos;

II – pagamento de entrada no valor mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total do débito ou da inscrição elegível à transação, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, sendo o restante parcelado em até 31 (trinta e um) meses, com redução de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do principal, da multa, dos juros e dos demais encargos.;

III – pagamento de entrada no valor mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total do débito ou da inscrição elegível à transação, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, sendo o restante parcelado em até 55 (cinquenta e cinco) meses, com redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor do principal, da multa, dos juros e dos demais encargos.

1. Qual o valor da parcela mínima?

Para qualquer modalidade, a parcela mínima é de R$ 100,00 (cem reais) para pessoa natural e R$ 500,00 (quinhentos reais) para pessoa jurídica.

1. Como deve ser feito o pagamento?

Deverá ser preenchido um Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) manual com o código de receita 6028.

1. Posso transacionar débitos do Simples Nacional?

Não. O Edital de Transação nº 11/2021 não contempla débitos do Simples Nacional.

1. No caso de ter meu pedido de adesão negado, cabe recurso?

Sim. Em caso de indeferimento do requerimento de adesão à transação, poderá ser interposto o recurso administrativo previsto no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no prazo de 10 (dez) dias da ciência da decisão de indeferimento, dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de jurisdição do contribuinte, o qual, se não reconsiderar a decisão de indeferimento no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil, que decidirá em última instância.

1. Quais são as hipóteses de rescisão da transação?

O Edital nº 11/2021 prevê as hipóteses de rescisão abaixo relacionadas e, também, as enumeradas pelo art. 18 da [Portaria ME nº 247, de 16 de junho de 2020](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=110356).

I – o não pagamento integral do valor da entrada, na forma estabelecida do subitem 3.1;

II – a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) alternadas;

III – a falta de pagamento de até 2 (duas) parcelas, estando todas as demais pagas;

IV – o descumprimento das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos;

V – a constatação, pela RFB ou pela PGFN, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do aderente como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

VI – a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;

VII – a comprovação de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva na sua formação;

VIII – a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto à pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

IX – a ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação;

X – a inobservância de quaisquer disposições previstas na Lei de regência da transação ou neste Edital.

XI – o descumprimento das obrigações com o FGTS;

XII – a não apresentação, em até 60 (sessenta) dias, da documentação de que trata a alínea “c” do subitem 4.5 e alínea “d” do subitem 5.1 deste Edital.

ATENÇÃO! Em caso de rescisão, o contribuinte fica impedido de aderir à nova transação por 2 (dois) anos.

1. No caso de rescisão definitiva da transação, como ficará a cobrança dos débitos?

A rescisão da transação:

I – implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos;

II – autorizará a retomada do curso da cobrança dos créditos, com execução das garantias prestadas e prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.